



## “Entre o Clima e os Interesses Econômicos: Discussões Globais sobre Mudanças Climáticas”.

Danillo Vaz  
 Luiz Carlos Cruz Cunha  
 Silvia Teixeira da Silva

Refletir sobre mudanças climáticas a partir do contexto Amazônico se configura como um grande desafio para os amazônidas, que vai além do limite político da fronteira territorial brasileira, o desafio é global. A agenda climática e o papel do Brasil nesse debate são centrais na COP 30, que ocorrerá em Belém, no Estado do Pará, Norte do Brasil, em novembro de 2025.

O texto a seguir, é resultado da aula que ocorreu no dia 13 de novembro de 2024, no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), na Universidade Federal do Pará (UFPA). A aula teve como convidado, Gustavo Furini do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Além do Professor Frederico Brandão/INEAF e Ferdnando Brito (doutorando do PPGAA/INEAF), os quais fizeram explanações complementares acerca do tema *“Da Rio92 à COP30 em Belém: a evolução da agenda global de clima e o papel do Brasil”*.

As apresentações foram ministradas durante o 3º encontro da Disciplina Mudanças Climáticas Globais e a Amazônia, coordenada pelos Professores Valério Gomes e Frederico Brandão, para as turmas de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/UFPA).

Gustavo Furini fez um percurso histórico sob alguns eventos climáticos que posteriormente deram origem a discussões mais específicas sobre mudanças climáticas, tanto no meio científico, como político, e que começam a desencadear ações a nível global. Dentre os quais, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, pós Segunda Guerra Mundial. a preocupação com as bombas nucleares, o descarte das substâncias tóxicas, com alguns “acidentes graves”, entre outras preocupações, principia uma fase com discurso mais preocupado com o meio ambiente a partir da proposta da delegação sueca, na Assembleia da ONU, sobre a concepção de um espaço institucional com foco específico à discussão climática, apresentando como centro do debate o Meio Ambiente Humano”. A sugestão justifica-se devido a frequência de eventos climáticos que chamam a atenção da comunidade internacional, o que determinou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Neste ano, a comunidade

internacional criou a Conferência de Estocolmo, na Suécia, onde países industrializados e em desenvolvimento deram prioridade à uma agenda de proteção ambiental em nível internacional.

Na década de 80 houve um avanço considerável na discussão ambiental tanto no âmbito internacional, quanto doméstico. Em caráter internacional, se falava bastante em ações de proteção à camada de ozônio na Comissão de Viena e no Protocolo de Montreal, ao final da década, com a redução dos CFC (clorofluorcarbono) e os HCFC (hidroclorofluorcarbono). No Brasil, tais ações influenciaram em ações positivas que se deram com a criação da Política Internacional do Meio Ambiente, em 1981, e a Constituição Brasileira de 1988, que traz um capítulo completo sobre legislação ambiental.

A década de 80 foi marcada pelo início de um movimento que passou a costurar acordos com vistas às negociações internacionais envolvendo o clima. A discussão sobre meio ambiente passou a ser agenda frequente e obrigatória nas Assembleias das Nações Unidas. O zoneamento sustentável como ferramenta ambiental global foi instituído em resolução nas Nações Unidas no sentido de mensurar impactos socioambientais e econômicos frente às alterações climáticas. A economia global teria, em tese, que promover proteção ambiental e melhoria de vida em termos sociais.

Em 1988, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, IPCC, foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) com o objetivo de fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre a mudança do clima. Em sequência, no ano de 1990, foi publicado seu primeiro relatório sobre mudanças do clima (AR1), como resultados das análises de dados de publicações feitas pelos cientistas que formam este painel.

Na Eco-92 (Convenção Quadro da Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas) no Rio de Janeiro em 92, após a repercussão dos dados do AR1, durante a Cúpula da Terra, foram lançadas agendas globais para enfrentar os riscos à natureza e à humanidade relacionados à ação humana para mudança do clima, culminando na criação Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), e também foi lançadas a ideia de ter de tempos em tempos a Conferência do Clima para avaliação da problemática e o avanço das soluções. Ainda nessa década, mais precisamente em 95, na Alemanha, aconteceu a primeira COP do clima (COP1), onde se discutiu uma agenda climática em nível internacional, e se decidiu que cada país deveria ter ações concretas, porém voluntárias, para diminuir a concentração de gases de efeito estufa. Já na segunda conferência, em Genebra, na Suíça, em 1996, a avaliação um ano após a COP1 foi de que pouco tinha sido feito pelos países membros para enfrentar o problema do aumento de GEE na atmosfera, dessa forma foi provocada a necessidade de se quantificar as ações de redução realizada por cada membro, e que passariam também a terem metas definidas como acordo.

Em 97, em Quioto, aconteceu a COP3, e os membros da UNFCCC assinaram o Protocolo de Quioto, que determinava metas quantificáveis de redução e trazia a divisão em blocos pelas responsabilidades históricas e compartilhadas em relação à emissão de gases de efeito estufa. Todos países listados no Anexo B, seriam reconhecidamente os

que mais poluíram ou poluíam, em 1997. Assim sendo, caberia aos países ditos desenvolvidos, definir metas e ações para reduzir as emissões desses gases. Porém, ao longo do tempo, apesar da sua importância, o Protocolo de Kyoto foi perdendo relevância, dado os poucos avanços no panorama internacional para se evitar o aumento do aquecimento global e as mudanças climáticas.

Mais adiante, o cenário das discussões climáticas internacionais ganha um novo e importante capítulo a partir da assinatura do Acordo de Paris, em 2015. Nele cada país se compromete em realizar periodicamente o inventário nacional de gases de efeito estufa e enviar a suas metas voluntárias através da contribuição nacional determinada (NDC) informando quanto vai reduzir as emissões de GEE e quais ações serão implementadas. A meta de redução desses gases fica comprometida pela pressão provocada por países em franco desenvolvimento a partir do atual modelo econômico. Vale ressaltar que no Protocolo de Quioto, apenas os países mais ricos foram responsabilizados, enquanto que no Acordo de Paris, todos os países signatários desse acordo ficaram comprometidos a reduzir a poluição atmosférica na agenda climática internacional.

Cada COP traz um mote. A COP 29, no Azerbaijão, por exemplo, trata do financiamento climático. A COP 30, por ora, não se sabe qual o tema, apenas especulações. Essas especulações giram em torno do combate ao desmatamento, a promoção de energias renováveis e de um desenvolvimento de baixo carbono e a expansão do financiamento para países em desenvolvimento para adaptação climática. Mas também, é importante ressaltar que a Amazônia está no centro dos debates devido aos interesses na exploração de petróleo na Foz do Amazonas. O que nos faz pensar na contradição das propostas sobre mudanças, em que a exploração do petróleo se coloca como uma das atividades com grandes danos ambientais, desde a prospecção, impactando comunidades, até o uso com a queima do combustível.

Após revisitar os marcos históricos e as principais convenções que moldaram a agenda climática global, Frederico Brandão direcionou o olhar para os mecanismos mais recentes que surgiram como resposta à crise climática. Um deles, o REDD+, que ganha destaque por propor soluções baseadas na preservação florestal. No entanto, sua implementação levanta questionamentos sobre justiça climática, impactos locais e a efetividade real das estratégias adotadas. No entanto, a pergunta que fazemos é: REDD+ é compensação ou contradição?

A explanação durante a aula sobre o RED e REDD+, trouxe uma visão panorâmica das origens desse mecanismo e do papel central do Brasil na discussão global sobre preservação florestal e redução de emissões. Desde os primeiros anos dos anos 2000, o Brasil esteve na linha de frente dessa agenda, como evidenciado pela reunião de pesquisadores em 2001 que deu origem ao Observatório do Clima, pela proposta de “redução compensada” elaborada por ambientalistas brasileiros em 2003 e pelo pacto pelo desmatamento zero liderado por nove ONGs em 2007.

Esses marcos posicionam o Brasil como protagonista na formulação de estratégias de mitigação climática, especialmente no contexto das florestas tropicais, essenciais para a regulação do clima global. No entanto, ao simplificar a origem do REDD+ e apresentar dados como se fossem um percurso natural e progressivo, sentimos falta de uma problematização mais profunda sobre as disputas políticas e econômicas que moldaram

esse processo. Por exemplo, ao discutir o pacto pelo desmatamento zero ou a criação do Observatório do Clima, seria importante trazer como esses movimentos enfrentaram (e ainda enfrentam) resistências internas e externas, especialmente de setores que lucram com a destruição ambiental.

Além disso, o reconhecimento da injustiça histórica do desmatamento causado por países desenvolvidos foi pontual, mas poderia ser melhor explorado. Afinal, é inegável que os países do Norte Global, historicamente responsáveis por grande parte das emissões, usam mecanismos como o REDD+ para desviar responsabilidades, pressionando nações como o Brasil a assumirem compromissos desproporcionais. Ao nosso ver, a narrativa, por vezes, parecia reforçar a ideia de que o Brasil deveria liderar, mas sem um olhar crítico sobre os impactos disso para populações locais e povos tradicionais que vivem nas florestas tropicais.

Sob os mecanismos de compensação, tão celebrados, os mesmos frequentemente geram conflitos de interesse e até criminalizam populações locais que dependem da floresta. Seria bom expor as tensões reais entre as metas globais e as consequências locais. Uma das principais críticas sobre o REDD é que o mesmo identifica todas as atividades humanas como vilãs, não distinguindo o que é a ação desenfreada do capital das demais necessidades da humanidade.

Outro ponto importante a ser questionado é a eficácia e as implicações do REDD+ no enfrentamento das mudanças climáticas. Apesar de ser apresentado como uma das soluções economicamente viáveis, há críticas significativas e com argumentos robustos sobre o impacto real desse mecanismo. Por exemplo, a ideia de que “plantar floresta”, resolve a compensação de emissões, simplifica o conceito de floresta, ignorando que ela não é apenas um agrupamento de árvores, mas um ecossistema complexo que inclui fauna, flora, microorganismos e interações que não podem ser reproduzidas artificialmente. Florestas nativas não podem ser substituídas por monoculturas de árvores sem causar danos irreparáveis à biodiversidade e aos ciclos naturais. E para além disso, trago novamente a questão da necessidade da introdução de animais silvestres nas florestas, importantíssimos para estes ecossistemas e que, lógico, não se readaptam de uma hora para a outra.

O Redd prioriza o meio ambiente, mas desarticula a interação natureza - humanidade. Por isso, outra crítica ao REDD+ diz respeito a deslocar a responsabilidade da preservação para comunidades que historicamente sempre cuidaram das florestas. Ao transformar populações indígenas e tradicionais em fornecedores de serviços ambientais, tais projetos desconsideram o conhecimento ancestral e as práticas sustentáveis desses povos. Estamos certos de que essa lógica não apenas ameaça sua identidade cultural, mas também perpetua a injustiça climática, já que os maiores emissores continuam se beneficiando enquanto comunidades locais enfrentam as maiores restrições.

Portanto, embora o Brasil tenha contribuído substancialmente para a construção do REDD+, é necessário refletir se essa liderança tem realmente promovido soluções justas e sustentáveis. Como o professor destacou, há múltiplos argumentos em jogo: enquanto alguns defendem o REDD+ como uma oportunidade para mitigar as mudanças climáticas de forma eficiente e de baixo custo, outros alertam para os riscos de incentivos perversos, como o estímulo a plantações comerciais em detrimento de florestas nativas. A

complexidade do debate exige que o Brasil, como líder histórico, vá além das soluções paliativas e se comprometa com abordagens que realmente enfrentam as causas estruturais da crise climática.

É essencial que as políticas de REDD+ sejam eficazes e justas, integrando mecanismos de salvaguarda robustos que protejam os direitos dos povos da floresta, os quais desempenham um papel crucial na preservação das florestas e na manutenção de ecossistemas saudáveis. Sem salvaguardas bem definidas, existe o risco de que as políticas de REDD+ resultem em injustiças, como o deslocamento forçado, violação de direitos humanos ou a concentração dos benefícios em grandes corporações.

Ao analisar o REDD+ e seus desdobramentos no Brasil e no cenário global, percebemos como a política climática internacional é atravessada por interesses econômicos e disputas ideológicas. Essa dinâmica se intensifica quando observamos as relações entre o Norte Global e o Sul Global, expondo um contexto em que as ações locais muitas vezes refletem tensões globais.

A seguir, compartilhamos nossas observações sobre a aula de Fernando Mariano, que explorou como esses debates se manifestam na política nacional e internacional, aprofundando a análise sobre os impactos das atividades econômicas e o papel do Brasil na transição climática.

Não é novidade afirmar que a crise climática, anunciada desde o primeiro petróleo queimado nos motores do capitalismo, é hoje palco de disputas acirradas. Não se debate sua criação, mas sim quem assumirá o protagonismo na narrativa de salvação do planeta. Para Malcom Ferdinand (2022), a pergunta persiste: quem é, afinal, o capitão da grande nau chamada mundo? Diante desse cenário de colapso climático, e tendo como pano de fundo a COP-29 (Conference of the Parties), realizada na cidade de Baku, no Azerbaijão — notório exportador de petróleo —, torna-se indispensável contextualizar as discussões sobre os impactos das atividades capitalistas no clima global.

Fernando falou sobre a presença natural do carbono (C) e sua relevância para a vida humana e humana no planeta. Ele abordou de forma clara a dinâmica do Efeito Estufa, explicando suas causas e consequências, destacando que esse fenômeno, essencial para a manutenção da vida na Terra, tem sido intensificado de maneira alarmante pelas atividades humanas. A queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a agropecuária em larga escala estão entre os principais responsáveis por esse desequilíbrio, aumentando a concentração de Gases do Efeito Estufa (GEE) na atmosfera.

Dados apresentados evidenciaram o setor de energia como o principal emissor de GEE, seguido, com grande diferença, pelo setor agrícola. Para reforçar a gravidade dessa questão, Laurence Tubiana (CEO European Climate Foundation), em palestra no Hangar, destacou um dado alarmante: para cada 9 dólares investidos em combustíveis fósseis, apenas 1 dólar é direcionado a tecnologias de redução de emissões de carbono. Essa desproporção evidencia não apenas a falta de compromisso político e econômico com soluções sustentáveis, mas também reforça o caráter ideológico desse debate. A resistência em abordar seriamente a transição energética reflete a priorização de interesses econômicos imediatos em detrimento da preservação do futuro do planeta.

Nesse cenário de descompasso entre ações e discurso, destaca-se a mudança de “proposta” de empresas ligadas ao setor de energia e indústria. Um exemplo claro é a Petrobras, que busca se reposicionar de uma empresa de petróleo para uma empresa de “energia”, alinhando sua estratégia a uma narrativa de transição energética “justa, gradual, responsável e crescente”. De forma semelhante, a Shell enfatiza em sua comunicação institucional “nossos esforços em tecnologia e inovação para atender à demanda global por energia de maneira responsável”. No entanto, não basta a propaganda e boa vontade, as mudanças precisam ser apontadas. Contudo, apesar de tais afirmações das empresas apresentarem uma intenção positiva, devem ser avaliadas criticamente em relação às práticas reais de investimento e implementação, uma vez que o ritmo e a escala da mudança proposta ainda se mostram insuficientes frente à urgência climática global<sup>1</sup>.

Cabe então, retomarmos aquilo a que fomos questionados: quem é o capitão da nau da salvação climática? A frase nos provoca ainda outro questionamento: quem são os agitadores das ondas que balançam a nau? O gráfico (Imagem 01), responde bem essa questão, ao destacar os membros do G20, como principais responsáveis por 75% das emissões globais de gases de efeito estufa<sup>2</sup> e por 80% da economia global<sup>3</sup>. E as emissões totais continuaram a aumentar, embora em ritmos variados entre os países membros entre 1990 e 2019.

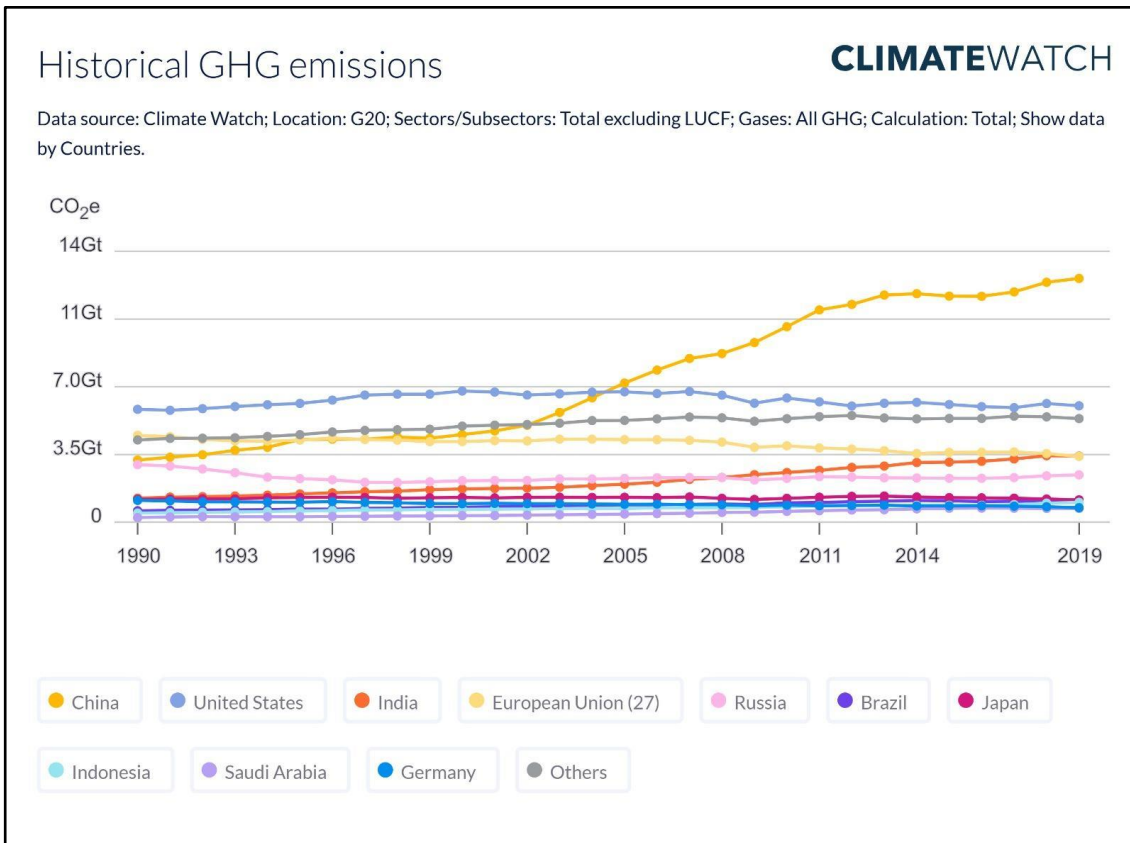
Imagem 01: Gráfico demonstrativo de emissões totais dos países membros do G20 (1990 a 2019).  
Fonte: ClimateWatch.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.shell.com.br/sobre-a-shell/quem-somos.html>> Acesso em: 18 de novembro de 2024

<sup>2</sup> <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1695901>

<sup>3</sup> <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao>



O gráfico destaca a China como a principal responsável pela emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Esse aumento significativo a partir principalmente de 2001 está ligado a fatores como sua rápida industrialização, urbanização e crescimento econômico. Durante esse período, a China tornou-se a “fábrica do mundo”, com indústrias de manufatura altamente intensivas em energia. Isso levou ao aumento do consumo de carvão, que permaneceu e permanece como a principal fonte de energia do país. Embora a China tenha adotado políticas para reduzir a intensidade de carbono e expandir energias renováveis, a dependência do carvão e o crescimento econômico continuaram a impulsionar suas emissões e a ser um grande desafio.

Dessa forma, ao revisitar os eixos temáticos abordados durante a aula, é possível concluir que o protagonismo na “nau da salvação climática” não se limita a encontrar lideranças ou soluções prontas, mas exige uma transformação profunda nas estruturas globais que perpetuam a crise. A política climática precisa transcender a lógica dos interesses econômicos imediatos, promovendo justiça ambiental e combatendo as desigualdades históricas que continuam a moldar as negociações globais. O verdadeiro “capitão” dessa nau será definido não apenas pela capacidade de guiar, mas pela habilidade de transformar as ondas de crise em um movimento coordenado e coletivo em prol do planeta.

**Figura 1:** Professores, discentes e o palestrante Gustavo Furini/Instituto Ambiental da Amazônia (IPAM).



Fonte: Silvia Teixeira, discente PPGAA (2022).